



DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL NO OESTE DO PARANÁ: POTENCIALIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO

**DEVELOPING TOURISM IN RURAL AREAS OF WESTERN PARANÁ:
POTENTIALS FOR IMPLEMENTATION**

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL NO OESTE DO PARANÁ: POTENCIALIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO

DEVELOPING TOURISM IN RURAL AREAS OF WESTERN PARANÁ: POTENTIALS FOR IMPLEMENTATION

Sandra Mara Pereira D'Arisbo¹ | Weimar Freire da Rocha Junior²

Eugenio Cejudo García³

Recebimento: 26/06/2025

Aceite: 04/08/2025

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE).
Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Toledo - PR, Brasil.
E-mail: sandra.mara78@yahoo.com.br

³ Doutor em Geografia e Historia (UGR).
Docente da Universidade de Granada.
Granada, ES.
E-mail: cejudo@ugr.es

² Doutor em Engenharia da Produção (UFSC).
Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Toledo - PR, Brasil.
E-mail: weimar.junior@unioeste.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar e analisar quais são os elementos necessários para a expansão do turismo em espaço rural em 15 municípios selecionados de Regiões Imediatas do Oeste do Paraná (Brasil), considerando experiências de êxito de cinco municípios da província de Granada (Espanha). A proposta aos produtores rurais é de uma complementação ao agronegócio, oportunizando novas fontes de empregos e renda. A pesquisa foi: quanto à natureza, aplicada; e quanto ao objetivo, explicativa e descritiva. Foram realizadas pesquisas primárias e secundárias em ambas as regiões, visando conhecer e caracterizar a população (dados como renda, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, Produto Interno Bruto – PIB *per capita* e população ocupada), além de aspectos relacionados ao turismo em espaço rural. Como resultados, observaram-se potencialidades já existentes (localização, infraestrutura e presença de agências fomentadoras de turismo). Além disto, ressalta-se a importância do turismo em espaço rural para a preservação dos patrimônios natural e cultural, bem como pode ser um coadjuvante para frear a despovoação destas áreas. As estratégias que poderiam ser utilizadas envolvem a formação dos produtores e empreendedores de turismo em espaço rural, e as parcerias entre eles para tornar a região uma referência nesse setor, encantando e divulgando as atividades e belezas dos municípios.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Desenvolvimento Neo-endógeno. Empreendedorismo. Agroturismo.

ABSTRACT

The objective of this article is to identify and analyze the key elements necessary for the expansion of tourism in rural areas in 15 selected municipalities belonging to the Immediate Geographic Regions of Western Paraná (Brazil), drawing on the successful experiences of five municipalities in the province of Granada (Spain). The proposal for rural producers is framed as a complement to agribusiness, offering new sources of employment and income. The research is applied in nature and, in terms of objectives, both explanatory and descriptive. Primary and secondary data were collected in both regions, aiming to characterize the population (e.g., income, Human Development Index – HDI, Gross Domestic Product – GDP per capita, and employed population) as well as aspects directly related to tourism in rural areas. The findings revealed existing potentialities, such as location, infrastructure, and the presence of tourism development agencies. Furthermore, tourism in rural areas is highlighted as an instrument for preserving natural and cultural heritage, while also serving as a complementary mechanism to mitigate depopulation in these areas. Potential strategies include capacity building for tourism in rural areas producers and entrepreneurs, along with fostering partnerships to position the region as a benchmark in this sector, thereby promoting and showcasing the municipalities' activities and natural assets.

Key words: Rural Development. Neo-endogenous Development. Entrepreneurship. Agritourism.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo rural passou por diversas mudanças, como a inserção de conceitos como cooperação e competitividade, e sustentabilidade e pluriatividade. Essas transformações devem-se, ainda, ao fato da complexidade em conceituar o rural, seja pela legislação que a contempla, que é específica de cada país; ou pelas distintas maneiras de delimitar o espaço rural (geografia, economia, densidade populacional, áreas verdes, entre outras). Pode ser observada uma alteração nas funções no meio rural, que deixou de ser apenas provedora de produtos primários para a implantação de agroindústrias e de novas atividades, como o turismo em espaço rural (Foronda Robes, 2002; Kageyama, 2008; Leeuwen, 2010; Wiggins; Proctor, 2001; Roque, 2013).

Concernente ao turismo em espaço rural, este pode, igualmente, ser multifacetado, abrangendo atividades que, usualmente, se realizam em fazendas ou espaços rurais, tais como cavalgadas; atividades de colheita ou pesca, com posterior pagamento; e elaboração de produtos artesanais (geleias, biscoitos, bebidas, pães etc.), bem como atividades relacionadas à área rural e à natureza, como caminhadas, canoagem, acampamentos, escaladas, águas termais, geológico, educativos, religiosos, entre outros (Pulido Fernandez; Sáez Cala, 2011; Tomazzoni, 2007).



Conforme Martín e Benito (2009), as pessoas que buscam o turismo em espaço rural optam por espaços ou atividades que demandam menor tempo de deslocamento em rodovias, o que proporciona uma característica de entretenimento ou ócio adjacente (de vizinhança), tornando essa atividade mais breve, geralmente, desde algumas horas até poucos dias – normalmente um final de semana.

Esta pesquisa visou conhecer a região Oeste do Paraná (Brasil) no que tange ao turismo em espaço rural. Para isso, foram selecionados 15 municípios de quatro Regiões Geográficas Imediatas¹: Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo, que serão caracterizadas na metodologia e resultados. Apesar do bom desempenho no agronegócio, os agentes públicos e os produtores rurais, em especial da agricultura familiar, têm procurado novas formas de ampliar empregos e renda, e buscam possibilidades na chamada perspectiva do “Novo Rural”.

Foram utilizados, como modelo, projetos considerados de êxito, desenvolvidos em cinco municípios da província de Granada (Espanha), que também serão descritos na metodologia e resultados. A opção por essa região deve-se a algumas afinidades com a Região Oeste do Paraná, como a propensão à agricultura (hortaliças, frutas e olivares) e alguma pecuária. Segundo dados do Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía (IECA, 2023), a população da província era de 925.046 mil habitantes, sendo Granada o município mais populoso (233.680 habitantes).

Com base no referencial teórico que se pretende desenvolver, bem como na coleta de dados e informações dos referidos territórios, o seguinte problema de investigação foi proposto: como pode ser implementado o turismo em espaço rural no Oeste do Paraná? Uma hipótese é que a efetivação ou expansão do turismo em espaço rural nas Regiões Imediatas do Oeste do Paraná poderá estimular o surgimento de novas atividades econômicas (rurais e não rurais), diversificando produtivamente o território, gerando rendas, incentivando a preservação do meio ambiente e a produção sustentável, e constituindo o desenvolvimento socioterritorial como um todo.

A inserção do turismo em espaço rural nas propriedades da agricultura familiar, além das pequenas e médias propriedades, poderia contribuir para a conscientização ambiental e sustentabilidade, pois o entorno das propriedades e as atividades de turismo ali desenvolvidas,

¹ Regiões Geográficas Imediatas são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas da população, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho, serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017).

poderão ser mais valorizadas se possuírem natureza e preservação ambiental. Poderia, ainda, gerar consciência cidadã, protegendo além do patrimônio natural, os patrimônios culturais, sociais, religiosos e históricos da região (Kageyama, 2004; Ribeiro, 2016).

Conforme Pulido Fernández (2008) e Vera Rebollo *et al.* (2013), desenvolver o turismo em espaço rural poderia contribuir para a diversificação da economia rural, criação e ampliação de empresas no setor de serviços, e realocação do trabalho familiar, além de uma nova fonte de renda e emprego. Tudo isso com a participação da população no meio rural, colaborando com a transformação desses espaços e favorecendo, deste modo, o desenvolvimento regional e local.

O artigo está dividido em cinco partes, sendo esta introdução, a primeira. Na sequência, serão apresentados, brevemente, parte do referencial teórico utilizado para embasar as análises. Os dados e os métodos serão apresentados na terceira parte e, em seguida, os resultados observados. Na sequência, as conclusões trarão algumas das potencialidades, bem como algumas estratégias sugeridas para o desenvolvimento do turismo em espaço rural na região Oeste do Paraná (Brasil).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL

A definição de rural ou área rural tem sua complexidade devido à diversidade de elementos e perspectivas que podem ser abarcadas. De maneira geral, associa-se o rural com produção primária (agricultura, pecuária, silvicultura etc.); contudo, nas últimas décadas, pode-se encontrar uma pluralidade de atividades e usos das zonas rurais (Esparcia *et al.*, 2016).

É necessário ressaltar algumas diferenças dos espaços em área rural no Brasil e na Espanha, considerando que serão analisadas ambas as regiões. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) propôs, em 2023, uma nova orientação metodológica para a classificação dos espaços na área rural, citando que são áreas com baixa densidade populacional, com estreita ligação com a produção primária, pouca alteração de paisagem e que podem conter pequenos núcleos urbanizados ou fragmentos naturais (IBGE, 2023).

Na Espanha, a Lei n.º 45/2007, em seu artigo 3, caracteriza e define: 1) meio rural, que são os municípios com menos de 30 mil habitantes e densidade menor de 100 habitantes por km²; 2) zona rural, que possui uma amplitude regional (comarcal) ou sub-provincial, delimitado pela Comunidade



Autônoma competente; e 3) município rural, com população residente menor que 5 mil habitantes (Espanha, 2007). Na Andaluzia (região deste estudo), a proposta de Reig Martínez, Goerlich Gisbert e Cantarino Martí (2016) diferencia, internamente, cada uma das três categorias sugeridas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e União Europeia, a partir do uso do solo e da distância, em tempo, dos centros de atividade econômica e serviços.

Das diferenças conceituais, a mais relevante é o item 3 da legislação espanhola, que denomina como municípios rurais aqueles que possuem menos de 5 mil habitantes, denotando que o turismo que ocorre nesses municípios é turismo em espaço rural, seja gastronômico, cultural, histórico, de aventura, ecoturismo ou em fazendas. Por exemplo, dos 174 municípios da província de Granada, 73 possuem menos de 1.000 habitantes; 28 estão entre 1.000 e 2.000 habitantes, e 32 possuem entre 2.000 e 5.000 habitantes, indicando que mais de 75% desses municípios são de pequeno porte e enquadram-se como municípios rurais (Junta de Andalucía, 2024).

Segundo Martín e Benito (2009), o espaço rural tem se distanciado do espaço agrário (utilizado apenas para agricultura e pecuária), convertendo-se em áreas multifuncionais (residência, preservação ambiental e produção agroindustrial), diversificadas (produção agrícola e pecuária, turismo e lazer etc.) e dinâmicas, além do fornecimento de mão de obra para as cidades, o que inseriu a necessidade de infraestruturas que favorecessem a permanência da população no meio rural. Márquez Fernández (2002) aponta mais um fator importante para o desenvolvimento rural, a inovação, que pode estar relacionada à criação de novos produtos ou serviços, ou ainda, novas formas de gestão e organização.

Gkartzios e Lowe (2019) citam que tem sido extensa a busca por uma teoria de desenvolvimento rural que abarcasse os variados aspectos. Enfoca-se atenção nos mecanismos de governança, do mesmo modo que nas competências da política rural, agrupando interesses de produção e consumo, além das características rurais. E isso pode ser influenciado pelo modelo de desenvolvimento utilizado:

- Exógeno (*top down*): as políticas de desenvolvimento rural priorizavam a modernização dos espaços produtivos, com ações homogêneas nas diversas áreas rurais, sem a participação da população local;
- Endógeno (*bottom up*): apoiado em estudos de casos, produtos e conhecimentos locais, e aproveitamento e utilização adequada dos recursos, enfocando nos atores locais (Cunha Filho, 2015);

- Neo-endógeno: pode ser considerado uma mescla do modelo exógeno com o endógeno de modo a reorganizar a intervenção pública, afastando-a de setores individuais, favorecendo o bem-estar socioeconômico das atividades locais e inserindo o desenvolvimento da pesquisa ao analisar, de forma comparativa, os modelos e projetos similares, antes de adaptá-los à realidade local.

Os três modelos podem ser encontrados, dependendo da configuração do país ou região. Por exemplo, no Brasil, o modelo exógeno pode ser encontrado em cidades e regiões quando da implementação de infraestruturas ou projetos que são impostos, sem ouvir a comunidade local. Os modelos exógenos estão presentes em diversas cidades, como as da região Oeste do Paraná, nas quais são realizados encontros com os membros das comunidades para ouvir suas necessidades e direcionar os investimentos de modo mais efetivo (Nunes *et al.*, 2022; Lobão; Staduto, 2018).

O modelo neo-endógeno tem ganhado espaço por ser mais participativo e considerar cada território como único, enfocando na diversidade e pluralidade, e relacionando-se com o turismo em espaço rural (Pulido Fernández, 2008; Vera Rebollo *et al.*, 2013). No caso brasileiro, surge em cidades como as que têm buscado implementar o turismo em espaço rural, pois suas lideranças (públicas e privadas) têm pesquisado sobre projetos e práticas de êxito em outros locais (até países), adaptando-os para sua realidade, buscando a integração entre os atores envolvidos. Como exemplo, tem-se a Rota do Queijo Paranaense, que foi elaborada com o auxílio do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) do Paraná, em parceria com os municípios e produtores de queijo, coletando experiências, informações e transferindo este conhecimento aos demais municípios e produtores (IDR-PR, 2025).

Cejudo García *et al.* (2021) citam, ainda, as quatro dimensões básicas para que o modelo neo-endógeno seja executado adequadamente: (1) Institucional – estabelece a governança para a gestão territorial, funcionando com normas e regras, com cooperação entre os atores locais; (2) Social e de Identidade Territorial – formada pelos atores locais, suas relações e valores compartilhados com o território; o sentimento de pertencimento será um pilar do desenvolvimento rural; (3) Inovação – tanto a relacionada com novos produtos ou processos, quanto as inovações de sociedade e novos arranjos comunitários; e (4) Diversificação Econômica – visando impulsionar novos setores e atores, e objetivando a dinamização exitosa do território.

Segundo Sánchez Escolano e Ruiz Moya (2022), desenvolver o turismo em espaço rural pode ser uma oportunidade para fortalecer a relação positiva entre paisagem, região e produto, além de promover e divulgar a sustentabilidade ambiental, e de gerar o desenvolvimento (tanto econômico quanto social), o aperfeiçoamento educacional e cultural, a preservação e conscientização ambiental e sustentabilidade, e a implantação de novas atividades econômicas, que gerarão empregos e renda, desencadeando ou ampliando o desenvolvimento rural como um todo.

Conforme os achados de Voth (2024), em um estudo de cooperação entre turismo e desenvolvimento rural no sul da Espanha, apenas projetos turísticos não conseguem superar as dificuldades estruturais e funcionais. Mas, quando são inseridos projetos fundamentados nos patrimônios natural ou cultural (ou ambos), a promoção do turismo pode ser considerada importante estratégia de desenvolvimento para estimular a diversificação econômica.

TURISMO EM ESPAÇO RURAL

O turismo em espaço rural pode ser considerado um segmento dentro do turismo, contemplando produtos e serviços relacionados, elementos básicos e subcategorias, e podendo ser classificado como um conceito de múltiplos significados (Pulido Fernández, 2008). Já o turismo rural está relacionado com as atividades específicas às tradições do mundo rural, desenvolvidas nas propriedades rurais, inserindo-se como uma das atividades possíveis no turismo em espaço rural (Pulido Fernández, 2008; Vera Rebollo *et al.*, 2013).

Segundo Silva, Vilarinho e Dale (1998, p. 14), o turismo em espaço rural abrange:

[...] todas as atividades realizadas em ambientes não urbanos, que consistem em atividades de lazer em meio rural em diversas modalidades definidas em função da oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, [...] que se complementam ou não.

Barrera (2006) cita que, na América Latina, o turismo em espaço rural pode ser classificado em 11 modalidades: (1) agroturismo (dia a dia da agricultura ou pecuária); (2) ecoturismo (meio natural sem contaminações); (3) cultural (museus, fazendas etc.); (4) aventura (entorno natural para atividades, como escalada e caminhadas); (5) desportivo (atividades como caça e pesca, dependendo das normas do país); (6) técnico-científico (inovações tecnológicas, dia de campo, entre outros); (7) educativo (fazendas educativas); (8) eventos (seminários e reuniões sociais); (9) saúde (equoterapia, águas termais e terapias



antiestresse); (10) gastronômico (rota de queijos, vinhos, restaurantes rurais e café colonial); e (11) étnico (em comunidades indígenas ou quilombolas).

Segundo Vera Rebollo *et al.* (2013), para que o turismo em espaço rural seja um fator de desenvolvimento local ou territorial, é necessário a participação da administração pública nos âmbitos municipal, estadual e federal, podendo promover a implementação de infraestruturas, auxiliar na formação dos agentes promotores de turismo, além da elaboração de leis e normas para o bom funcionamento das atividades turísticas, de modo sustentável (ambiental e economicamente).

Contribuindo com essas informações, Rocha Junior *et al.* (2024) abordaram a relevância de infraestruturas (como estradas e telefonia) para o desenvolvimento local e regional, pois são o elemento de ligação entre os residentes nas áreas rurais e os centros urbanos. Também confirmaram que as estradas rurais em boas condições podem estimular o turismo em espaço rural e melhorar a qualidade de vida da população.

Segundo Lickorish e Jenkins (1997, p. 83), o turismo surge como mais uma alternativa para fomentar o desenvolvimento econômico e regional.

Los principales impactos económicos del turismo están vinculados a las ganancias en divisas, a la contribución a los ingresos estatales, a la generación de empleo y renta y al estímulo del desarrollo regional. Las dos primeras consecuencias tienen lugar a un nivel macroeconómico o en el ámbito nacional, mientras los otros tres impactos lo hacen a escala regional o local.

O turismo em seus diversos segmentos tem, portanto, aptidão para transformar múltiplas áreas, dinamizando a economia como um todo e criando oportunidades de emprego e renda para a população local (de modo direto ou indireto). Isso acontece ao valorizar o patrimônio natural, cultural, humano e social das regiões, além de diversificar as atividades econômicas de cidades e províncias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ÁREAS DE ESTUDO

Visando à adequada caracterização das áreas de estudo, para a posterior análise dos dados, a fim de identificar as potencialidades e apresentar as estratégias para o desenvolvimento do turismo em espaço rural na região Oeste do Paraná, com base nas experiências da província de Granada (Espanha), optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2014), a pesquisa qualitativa se dedica à compreensão dos fenômenos, examinando desde a perspectiva dos participantes em seu ambiente natural e relacionado ao contexto, ou seja, como os indivíduos compreendem seu entorno, os



fenômenos e acontecimentos que os rodeiam, refletindo seus pontos de vista.

A pesquisa foi de natureza aplicada, caracterizada como de interesse prático. Em outros termos, seus resultados podem ser aplicados a problemas ou questões que ocorrem na sociedade (Marconi; Lakatos, 2017). Foi descritiva, buscando especificar as características de uma população ou de fenômenos; e explicativa por tentar elucidar o fenômeno. Pode ainda ser caracterizada como documental, pois analisou dados, relatórios e documentos oficiais, disponíveis em forma impressa e em sítios de internet.

Para tornar mais robusta esta investigação, optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas com os agentes locais e gestores, relacionados ao turismo em espaço rural, nos cinco municípios selecionados da província de Granada (Espanha) e nos 15 municípios selecionados do Oeste do Paraná (Brasil). O projeto, os questionários e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram encaminhados ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIOESTE, via Plataforma Brasil, e aprovados em 27 de fevereiro de 2025. Nestes documentos foram citados a não identificação nominal dos respondentes, bem como o sigilo de suas informações pessoais.

A principal finalidade das pesquisas de campo, tanto na Espanha quanto no Brasil, foi conhecer *in loco* as potencialidades das regiões e as estratégias utilizadas, bem como os diferenciais das regiões para obter subsídios e variáveis necessárias à elaboração da análise qualitativa. Os questionários foram elaborados para coletar informações relacionadas ao turismo em espaço rural, como a percepção da qualidade de vida e de meio ambiente; a classificação e segmentação do turismo no município; as infraestruturas, atrativos e estado de preservação (conservação); se consideram o turismo em espaço rural benéfico, e por quais motivos; e se o município ou outros órgãos governamentais oferecem treinamento para os produtores rurais ou empreendedores.

Para auxiliar nessa análise, foram coletados dados secundários das regiões analisadas, dispostos em sítios como do IBGE, IPARDES, FIRJAN, IECA, INE, UNWTO, entre outros sítios oficiais e confiáveis. Esses dados secundários disponibilizados nos dois países, por vezes, não possuem similaridade; portanto, buscaram-se dados possíveis de análise e comparação, como por exemplo, dados de população, PIB *per capita*, renda, IDH, dados relacionados ao turismo, entre outros. No Quadro 1 apresenta-se a estrutura dos procedimentos metodológicos adotados.

Quadro 1 | Síntese dos procedimentos metodológicos da pesquisa

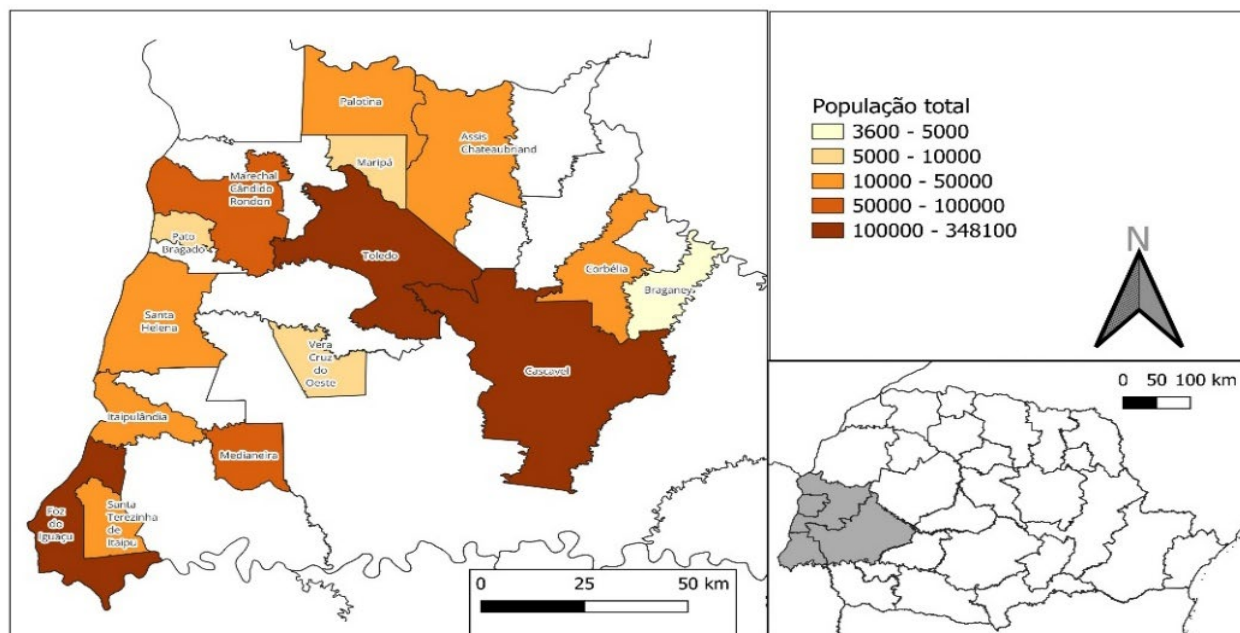
Quanto à natureza	Pesquisa aplicada.
Quanto ao objetivo	Pesquisa descritiva e explicativa.
Quanto ao caráter	Pesquisa qualitativa.
Quanto à amostragem	Abordagem não probabilística intencional.
Técnica de pesquisa	Questionários semiestruturados; coleta de dados secundários; consulta a bibliografias e documentos.
Onde foi a pesquisa	Em cinco municípios da província de Granada (Espanha): Alfacar, Beas de Granada, Guadix, Monachil e Píñar; e 15 municípios da região Oeste do Paraná (Brasil): Assis Chateaubriand, Braganey, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Corbélia, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Medianeira, Palotina, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Terezinha de Itaipu, Toledo, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste.
Quando foi	Entre agosto/2024 e junho/2025.
Quem foram os entrevistados	Produtores rurais, diretores de sindicato ou associação rural, prefeitos (<i>alcaldes</i>), diretores ou secretários de turismo, proprietários e trabalhadores (gerentes) de empresas de turismo em espaço rural.

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme se observa no Quadro 1, foram 15 os municípios selecionados no Oeste do Paraná (Brasil); os quais foram escolhidos por já possuírem um Relatório de Atividades Turísticas juntamente com o Ministério do Turismo, que foi um levantamento realizado no ano de 2024. Partiu-se do pressuposto de que os municípios que responderam ao Ministério do Turismo já possuíam informações mais estruturadas quanto ao turismo. Na Figura 1 apresenta-se o mapa com a localização dos municípios da referida região.



Figura 1 | Mapa de localização dos 15 municípios selecionados das Regiões Imediatas do Oeste do Paraná (Brasil), com dados da população total (2022)

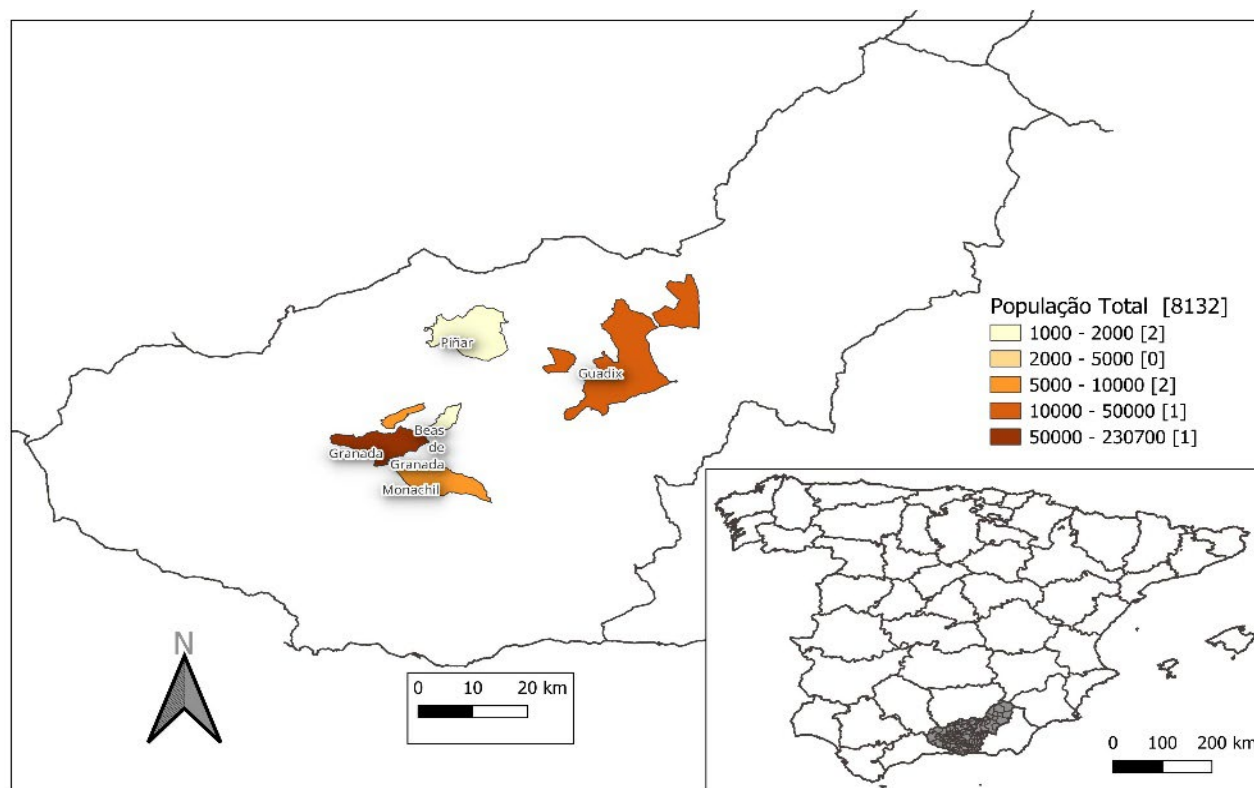


Fonte: elaborado pelos autores com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2024).

Observa-se, pela Figura 1, que os municípios com maior população são: Cascavel (348.051 habitantes); Foz do Iguaçu (285.415) e Toledo (150.470), que são considerados os polos de desenvolvimento da região. Enquanto os menores municípios são: Braganey (4.854 habitantes), Pato Bragado (5.733) e Maripá (6.555). Observa-se que esses municípios atendem à premissa de vizinhança (proximidade) para a realização do turismo em espaço rural. De maneira similar, foram coletados dados de população e proximidade de cinco municípios da província de Granada (Espanha): Alfacar, Beas de Granada, Guadix, Monachil e Píñar, conforme se pode observar na Figura 2.

Verifica-se, na Figura 2, que esses municípios possuem proximidade entre si e com a capital provincial Granada. Foram selecionados por disporem de atividades de turismo em espaço rural, que poderiam ser desenvolvidas ou que possuem similaridades às da região Oeste do Paraná, tais como gastronomia, hospedagem, trilhas de caminhada, religioso, cultural, entre outras.

Figura 2 | Localização dos municípios selecionados na Província de Granada (Espanha) e da capital provincial (Granada), classificados pela população total (2022)



Fonte: elaborado pelos autores com dados do IECA (2024).

Apesar de Granada (capital) não fazer parte desta análise, julgou-se necessário situá-la em mapa para identificar sua proximidade e possível influência no turismo em espaço rural dos municípios selecionados. Granada (capital) possui a maior população (230.064 habitantes), seguido de Guadix (18.493), Monachil (8.182), Alfacar (5.585), Píñar (1.106) e Beas de Granada (986). Outro destaque é o município de Guadix, que possui três núcleos populacionais geograficamente separados, algo incomum que lhe confere alto índice de ruralidade e dispersão (OTEA, 2022). No próximo tópico serão apresentados alguns resultados e considerações obtidas com as análises realizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

REGIÕES IMEDIATAS DO OESTE DO PARANÁ (BRASIL)

Ao analisar os dados secundários coletados, verificou-se que, nos 15 municípios selecionados da região Oeste do Paraná (Brasil), atualmente, vivem quase 1.070.000 habitantes, em uma área aproximada de 9.600 km², sendo três as cidades que podem ser consideradas como polos regionais: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, por sua dinâmica em segmentos como indústria, comércio e serviços. A região é notabilizada pelo agronegócio, com a existência de agroindústrias privadas e cooperativas de grande e médio porte, vinculados com a agricultura familiar e pequenos e médios produtores. Além disso, a região é reconhecida internacionalmente pelas unidades de conservação ambiental, em especial, o Parque Nacional do Iguaçu e o entorno do Lago de Itaipu, que possuem corredores de fauna e áreas de preservação da flora.

Quanto ao âmbito econômico, nos 15 municípios selecionados, o PIB *per capita* (soma de toda a produção do município dividido pelo número de habitantes) oscilou entre €4.180 e € 14.541², com destaque para Palotina (€ 14.540,86) e Foz do Iguaçu (€ 12.298,79) como os mais elevados. Esses valores podem ser justificados pela dinâmica econômica dos municípios e a existência de empresas representativas, que geram maior receita aos municípios, como as cooperativas e agronegócio pujantes de Palotina, e a Usina Hidrelétrica de Itaipu e o turismo (comércio e serviços) em Foz do Iguaçu. Ainda em Foz do Iguaçu, tem-se os atrativos, como as Cataratas do Iguaçu, que em 2024 recebeu mais de 1,8 milhão de visitantes; a Itaipu Binacional (689.000 visitantes), o Parque das Aves (821 mil) e o Marco das Três Fronteiras (Brasil, Paraguai e Argentina), com mais de 450 mil visitantes. Um percentual desses turistas poderia ser incentivado a conhecer o turismo em espaço rural nas cidades próximas, o que auxiliaria a alavancar esse segmento na região.

Para os dados de salário médio mensal, os municípios com os maiores valores foram Foz do Iguaçu (€ 685,50), seguido de Marechal Cândido Rondon e Medianeira (€ 634,72), Cascavel, Palotina, Santa Helena e Toledo (€ 609,33). O menor valor de salário médio mensal foi de Maripá (€ 355,44), seguido de Itaipulândia (€ 482,39).

2 Cotação do dia 14/02/2025: €1,00 = R\$5,979).



Os dados de população ocupada podem indicar que a região possui, além de disponibilidade de renda (por estar empregados), pessoas dispostas a realizar atividades no fim de semana para usufruir de momentos de lazer com sua família ou amigos, como ocorre com o turismo em espaço rural. De acordo com os dados, Braganey possui o menor percentual de população ocupada (16,93%), seguido de Vera Cruz do Oeste (18,1%) e Santa Terezinha de Itaipu (20,29%). Quanto aos maiores percentuais de população ocupada, estes encontram-se em Palotina (59,98%), Toledo (49,47%), Medianeira (46,48%) e Cascavel (44,32%). Esses municípios dispõem de agroindústrias de grande porte, como a Cooperativa C-Vale em Palotina, a agroindústria privada Brasil Foods (BRF) e cooperativas Primato e Coamo em Toledo, a Cooperativa Agrícola Lar em Medianeira e a Coopavel em Cascavel.

Outros dados analisados estão relacionados à qualidade de vida da população, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que, segundo a PNUD (2025), é uma medida “que avalia o progresso de longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente”. Os dados disponíveis são do ano de 2010, e indicam que 13 municípios estão na faixa de IDH Alto (0,700 a 0,799) e dois municípios estão na faixa IDH Médio (de 0,600 a 0,699). A região pode ser considerada em desenvolvimento, pois os IFDM do ano de 2018 nos quesitos Educação (13 municípios) e Saúde (14 municípios) encontram-se na faixa considerada de Alto Desenvolvimento (0,80 a 1,00). O que ainda precisa de melhoria é o quesito Emprego e Renda, no qual seis municípios ficaram na faixa Desenvolvimento Regular (0,40 a 0,60), e dois ficaram na faixa de Baixo Desenvolvimento (0,00 a 0,40).

Direcionando a análise para o turismo, no caso brasileiro, existem poucos dados diferenciados por segmento turístico, apresentando dados generalizados. No entanto, eles podem auxiliar como ferramenta de análise e de estruturação de projetos, pois onde já existe um turismo reconhecido em andamento, será mais provável que o turismo em espaço rural do município e do entorno possam ser beneficiados, como o fluxo de turistas, destinação de recursos e investimentos (públicos e privados), gerando retorno financeiro e promovendo o desenvolvimento da região.

O município que mais se destaca em turismo na região é Foz do Iguaçu, reconhecido internacionalmente pelas Cataratas do Iguaçu. Todavia, Cascavel e Toledo começam a ampliar sua atuação nesse setor, com turismo de eventos e negócios, e todos os municípios com o turismo em espaço rural, mesmo que em fase inicial. Os salários dos empregados no setor de turismo, para o ano de 2021, variaram entre € 202,70 e € 405,40.

Na análise dos relatórios de atividades turísticas do Ministério do Turismo, bem como dos questionários aplicados, foram identificadas cinco atividades econômicas principais: Agricultura e Pecuária, Indústria de Base, Comércio, Serviços e Turismo. Toledo foi o município que mais citou atividades, enquanto Foz do Iguaçu citou seus três elementos principais: Turismo, Serviços e Comércio, que refletem a importância destes para o município. Pato Bragado, Palotina e Medianeira citaram apenas a Agricultura e Pecuária como principal atividade econômica, mas, nos três municípios existem influências de Comércio e Serviços, principalmente, relacionados ao Agronegócio. Cascavel também surpreendeu por citar apenas Comércio, e Agricultura e Pecuária, pois a cidade é reconhecida pelos Serviços para toda a região Oeste do Paraná (saúde, bancos, educação, gastronomia, entre outros).

Quanto aos segmentos turísticos citados, estes foram: Ecoturismo, Religioso, Negócios e Eventos, Rural, Aventura, Cultural, Lazer, Náutico, Pesca, Sol e Praia, e Gastronômico. A questão contida no relatório era: “Principal Segmento Turístico do Município”. O município que indicou maior número de segmentos foi Itaipulândia, com seis: Ecoturismo, Negócios e Eventos, Cultural, Náutico, Pesca, e Sol e Praia. Foz do Iguaçu, Palotina e Santa Helena aparecem na sequência, com cinco segmentos cada. Em outro extremo, Assis Chateaubriand, Cascavel e Medianeira citaram apenas um segmento cada.

O turismo gastronômico foi pouco citado, e a maioria das cidades possuem festividades (municipais, nos distritos ou bairros) que ofertam comidas típicas. A região destaca-se como produtora de proteína animal (suínos, aves e peixes), que são oferecidas como iguarias, elaboradas com variados temperos e de diferentes formas, com o famoso Porco no Rolete em Toledo, Porco a Paraguaia no distrito de Vila Ipiranga (Toledo), o Boi no Rolete em Marechal Cândido Rondon, e a tilápia (peixe), que é base de diversos pratos em Maripá (ao forno, moqueca, na moranga, salpicão, lasanha, com legumes, frito, grelhado etc.); além de diversos restaurantes dispersos em vários pontos da região.

Delimitando a análise para o turismo em espaço rural, os municípios que citaram este segmento foram: Braganey (cachoeiras, romaria do ciclista e do Santuário Nossa Senhora da Salete); Corbélia (usina do Rio Melissa, romaria ciclística, Varanda Colonial e feira livre); Medianeira (morro da Salete e morro do Espigão Norte); Palotina (parque estadual São Camilo, Agroturilhas, Santuário Nossa Senhora da Salete); Santa Helena (refúgio biológico e balneário Terra das Águas); e Toledo, que citou os atrativos em outra questão (Possui programas ou ações para atividade turística?), e ali mencionou a rota Circuito das Flores e Vinho, e a Rota dos Queijos.

Diversos municípios demonstraram interesse em implementar ou ampliar as atividades de turismo em espaço rural, visando, principalmente, a uma complementação de renda dos produtores rurais, além de estar cientes de que, com o fluxo de turistas, o município poderá desenvolver-se e gerar empregos e renda nos serviços, comércio, alojamentos, alimentação, além da geração de impostos. Isso corrobora com as afirmações de Pulido Fernández (2008) e Vera Rebollo *et al.* (2013), de que o turismo em espaço rural poderia contribuir para a diversificação da economia rural, criação e ampliação de empresas no setor de serviços, e gerar nova fonte de rendas e emprego, favorecendo, desse modo, o desenvolvimento regional e local.

Outra pergunta foi: “O Município possui cursos, programas e/ou ações de qualificação profissional para o turismo?”. Apenas seis municípios citaram algum curso ou formação: Braganey (cursos, visitas técnicas e orientações); Cascavel (condutor de turismo na natureza); Foz do Iguaçu (Curso Superior em Turismo e Hotelaria – Unioeste; guia de turismo regional – Colégio Agrícola e SENAC³; atividades turísticas – SENAC e IHGT⁴; profissionais de táxi e transporte turístico); Palotina (turismo rural com o SENAR⁵); Santa Helena (cursos de aperfeiçoamento profissional, atendimento ao público, gestão de serviços e empresas, mídias sociais e turismo rural); e Toledo (ofertados pelo SENAR em parceria com ADETUR⁶ Riquezas do Oeste, Sindicato Rural e SENAC).

Todos demonstraram interesse em oferecer cursos de formação para os produtores rurais e empreendedores de turismo em espaço rural. No entanto, expressaram que, por vezes, existem barreiras ou dificuldades dos produtores em acessar os ofertantes desses cursos, seja por falta de recursos ou por desconhecimento de projetos já em andamento.

3 SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

4 IHGT: Instituto de Hotelaria, Gastronomia e Turismo (Foz do Iguaçu).

5 SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

6 ADETUR: Agência de Desenvolvimento Turístico.



Um exemplo da necessidade de cursos ou palestras formativas refere-se à Lei n.º 11.771/2008 (Brasil, 2008), que aborda elementos relacionados à Política Nacional de Turismo. No ano de 2024 ocorreram algumas alterações importantes nessa legislação, em especial, relacionada com o turismo rural. Os produtores rurais ou agricultores familiares que prestam serviços turísticos podem cadastrar-se no Cadastur⁷, e, o mais importante, a manufatura e comercialização da produção da agroindústria (para fins de turismo) são consideradas atividades rurais.

Os respondentes também citaram a relevância de Foz do Iguaçu e a quantidade de turistas que poderiam receber informações e ofertas (via secretaria ou agências de turismo) para ampliar sua estadia e realizar incursões no turismo em espaço rural das cidades da região, pressupondo um deslocamento máximo de 150 km. Estimando que apenas 10% dos visitantes das Cataratas do Iguaçu optassem por visitar o entorno, isso equivaleria a mais de 15 mil pessoas por mês no turismo em espaço rural da região.

Um elemento citado, que pode dificultar a expansão do turismo em espaço rural, é a falta de mão de obra, pois como são propriedades pequenas ou de agricultura familiar, apenas os integrantes da família estão atuando. Dessa forma, para atender bem os turistas na recepção, com explicação do local e sua história, guias para as trilhas de caminhada ou ciclismo, e elaboração dos produtos artesanais etc., as propriedades demandam desta mão de obra que, atualmente, é insuficiente. Por outro lado, pode ser um estímulo para a contratação de jovens que findam a graduação, uma vez que essa atividade pode ampliar a oferta de trabalho para estes profissionais.

PROVÍNCIA DE GRANADA (ESPANHA)

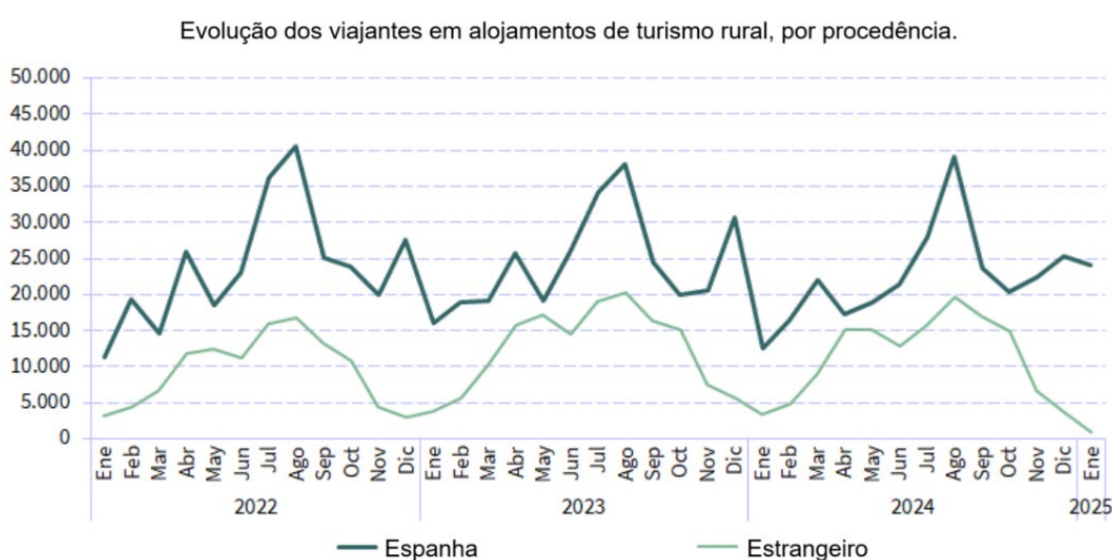
A província de Granada (Espanha) possui 174 municípios, dos quais foram selecionados cinco para a análise de dados de turismo em espaço rural: Alfacar, Beas de Granada, Guadix, Monachil e Píñar. Estes foram escolhidos por possuírem características de turismo em espaço rural similares às que podem ser encontradas no Oeste do Paraná (Brasil), como turismo de gastronomia, áreas rurais com hospedagem, e espaços para trilhas e caminhadas, além de estarem localizados próximos a uma cidade de maior porte, com grande fluxo turístico (Granada).

7 Cadastur: sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo.

Nos municípios selecionados, atualmente vivem pouco mais de 34 mil habitantes, em uma área de 578,28 km². Já a cidade de Granada possui pouco mais de 230 mil habitantes e é o polo de dinamização da região, com seu turismo histórico e cultural mundialmente reconhecido. Além disso, possui influência no turismo em espaço rural dos municípios selecionados. Com relação aos dados econômicos, a Espanha não disponibiliza dados de PIB *per capita* ou IDH por município, apenas por província ou Comunidade Autônoma. No ano de 2022, o PIB *per capita* da Espanha foi de € 28.750, na Andaluzia foi de € 21.495, e na província de Granada foi de € 18.537. Quanto aos dados do IDH, no ano de 2022 para a Espanha, foi de 0,911, e para a Andaluzia foi de 0,881 (Datos Macro, 2024; PNUD, 2024; Global Data Lab, 2025).

No que tange ao turismo em espaço rural, os dados são disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estadística (INE, 2024) e pelo Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía (IECA, 2024), e são dispostos em formato nacional, por comunidades autônomas e por províncias. No ano de 2023, na província de Granada, foram 38.235 viajantes (sendo quase 70% espanhóis), com uma média de pernoites de 2,55. A Figura 3, apresenta a evolução do número de viajantes na Comunidade Autônoma de Andaluzia, alojados em turismo rural e por procedência (Espanha ou Estrangeiro).

Figura 3 | Evolução mensal (janeiro/2022 a janeiro/2025) do número de viajantes em alojamento de turismo rural, na Andaluzia, por procedência (Espanha ou Estrangeiro)



Fonte: IECA (2024).



Observa-se, na Figura 3, que o fluxo de pessoas no turismo em espaço rural possui fluxo ao longo de todo o ano, e seus pontos de maior ocupação são no período de férias (agosto), bem como pode-se perceber uma elevação nos meses de dezembro. Entre os alojamentos utilizados, as casas rurais, seguidas dos hotéis rurais e apartamentos são os mais utilizados, e possuem relevância as áreas destinadas a camping. Verifica-se, ainda, que os turistas locais (Espanha) são em número superior aos estrangeiros, o que valida a hipótese de turismo adjacente (de vizinhança).

As entrevistas realizadas nos municípios da província de Granada demonstraram que, apesar de ainda existirem algumas dificuldades, já compreenderam que o turismo em espaço rural pode ser benéfico para a cidade e região, pois gera empregos e renda para as pessoas e para os municípios (na forma de impostos e taxas de serviço). Também foi unânime a importância de Granada como polo de serviços, hotéis e comércio, e como origem ou destino de grande parte dos visitantes devido à proximidade e boa conexão rodoviária.

As cidades possuem atrativos culturais e históricos, mas os que estão em ambiente natural ou de preservação, que podem ser realizados ao ar livre, são os mais procurados. Também enfocaram a necessidade de pensar em um turismo transversal (para todas as idades, que atenda à toda a família), com atividades para adultos, mas que contemple crianças. Por exemplo, nas oficinas de elaboração de pães ou no secador de *jamón*⁸, as atividades, normalmente, são para as crianças, enquanto os adultos podem realizar uma trilha de caminhada ou ciclismo.

Uma informação importante fornecida por um dos entrevistados é de que o turismo rural pode ser realizado em qualquer lugar (grande ou pequena cidade, com poucos ou vastos recursos). O que se fazem necessárias são atividades atrativas e que diferencie o lugar dos demais, que as pessoas se sintam satisfeitas com um ambiente agradável, atendimento gentil e produtos bem elaborados, criando memórias afetivas que os incentivem a retornar a esse local.

Um fator importante para o bom andamento do turismo em espaço rural na província de Granada é a participação da administração pública, nos âmbitos municipal, estadual e federal, podendo promover a implementação de infraestruturas, auxiliar na formação dos agentes promotores de turismo, além da

8 *Jamón*: presunto cru, feito de pernil traseiro de porco, salgado e curado de forma natural. Considerada uma iguaria gastronômica. Um dos mais saborosos e de alto valor é o denominado Pata Negra (devido às patas dos porcos), e a cidade de Jabugo, no sul da Espanha, é considerada o berço do jamón espanhol (Carrasco, S. *Jamón* de Jabugo. *Jornal Maturidades*, PUC-SP, São Paulo, 2016).

elaboração de leis e normas, conforme citaram Vera Rebollo *et al.* (2013).

Outro componente relevante do turismo em espaço rural na Espanha, e em especial na Andaluzia, é seu papel para tentar frear, ao menos em parte, a despovoação das zonas rurais, ao gerar novas fontes de empregos e, por conseguinte, de renda. Parte dos recursos são advindos dos programas LEADER⁹, que buscam promover os recursos endógenos (patrimônios naturais e culturais) pouco explorados. No entanto, ainda há insuficientes estudos específicos sobre o despovoamento, e pode-se inferir que o turismo em espaço rural auxiliou na estabilização da população ao longo do tempo (onde implantado), ao desempenhar relevante papel na economia local (Maroto Martos *et al.*, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tencionava identificar e analisar os elementos necessários para a expansão do turismo em espaço rural em 15 municípios selecionados da região Oeste do Paraná, Brasil, considerando os modelos e experiências de êxito de cinco municípios da província de Granada (Espanha). Verificou-se que o turismo em espaço rural pode contribuir para a diversificação da economia rural ao promover a criação ou ampliação de empresas (agroindústrias familiares, restaurantes, alojamentos, entre outros), a realocação do trabalho familiar, além da possibilidade de criar novos empregos e fontes de renda, influenciando no desenvolvimento regional como um todo.

Observou-se que os 15 municípios selecionados da região Oeste do Paraná possuem potencialidades para implementar e ampliar o turismo em espaço rural. A primeira potencialidade pode ser descrita como sua localização, por estar próximas ao município de Foz do Iguaçu, que já possui um turismo consolidado, reconhecido internacionalmente, e que poderia, pelas parcerias público-privadas (prefeituras, governo estadual, agências de viagens e agências fomentadoras de turismo), ofertar o turismo em espaço rural nas cidades próximas.

Outra potencialidade são as infraestruturas existentes de ligação rodoviária entre os municípios: diversas estradas rurais asfaltadas, cobertura de telefonia celular em todas as áreas urbanas e em algumas zonas rurais, e a existência de hospedagens e restaurantes rurais, que já atendem à uma demanda ainda reduzida de turistas.

9 LEADER: *Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale* ou vínculos entre ações de desenvolvimento da economia rural.

Pode ser apontada ainda a existência de Rotas, como do Queijo Paranaense e das Lavandas, que foram realizadas em parceria com o IDR-PR, e que alguns municípios da região já participam, como Toledo, Palotina e Cascavel. Complementando as potencialidades, tem-se a existência de agências fomentadoras de turismo, como ADETUR Riquezas do Oeste e ADETUR Cataratas e Caminhos, que auxiliam os empreendedores de turismo em geral e os de turismo em espaço rural, tanto em formação quanto em legislação e divulgação dos empreendimentos.

Como elementos principais para desenvolver o turismo em espaço rural, pode-se apresentar: (1) a necessidade de formação dos produtores rurais e empreendedores de turismo em espaço rural; (2) fortalecimento das parcerias público-privadas para auxiliar esses proprietários em questões como legislação e divulgação dos roteiros em agências de viagens; (3) disposição por parte do produtor rural em realizar a opção pelo turismo em espaço rural em sua propriedade, com a finalidade de gerar empregos e renda, pois, como citado anteriormente, será uma incorporação de atividades que precisa estar organizada e planejada; e (4) melhorias de legislação, tanto do turismo em espaço rural quanto da agricultura familiar para facilitar o acesso dos produtores rurais à esse setor.

Com esta pesquisa, pretende-se fomentar novas oportunidades de emprego e renda, em especial para a agricultura familiar, pequenos e médios produtores rurais, como atividade complementar, enquadrando-os no denominado Novo Rural, que é pluriativo e dinâmico. Do mesmo modo, despertar para a conscientização e preservação ambiental, aliados a ações sustentáveis (economia de água e energia, não utilização de materiais e produtos agressivos à natureza etc.), além da possibilidade da adoção de “Selos Verdes”, os quais podem incrementar seus lucros.

Sugere-se que novos trabalhos (com metodologias distintas, em outras regiões, com dados distintos etc.) possam ser realizados com o escopo de estudar o turismo em espaço rural e sua importância para o desenvolvimento rural e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRERA, E. **Turismo Rural**: nueva ruralidade y empleo rural no agrícola. Cinterfor/OIT. Montevideo. 2006. 172 p. Disponível em: https://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/barrera.pdf. Acesso em 09 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (revisada em 2024 pela Lei nº14.978). Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico (...). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. **Relatório de Atividades Turísticas**. Ministério do Turismo. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em 12 jan. 2025

CEJUDO GARCÍA, E.; MEDINA, G. DA S.; NAVARRO VALVERDE, F. A. Resultados de la implementación del desarrollo rural territorial. Lecciones del enfoque LEADER en España versus el programa Territorios de la Ciudadanía en Brasil. **Revista de Geografía Norte Grande**, [s. l.], v. 80, p. 293-311. 2021. ISSN 0718 3402.

CUNHA FILHO, M. H. da. **Território, Políticas Públicas e Trajetória de Desenvolvimento no Rio Grande do Norte (Brasil)**: Análises e Bases para o Desenvolvimento Rural. 2015. Tese (Programa de Doctorado Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental) – Universitat de Barcelona, Barcelona (Espanha), 2015.

DATOS MACRO. **PIB de España** – Producto Interior Bruto. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/pib/espana>. Acesso em 10 out. 2024.

ESPAÑA. Ley 45/2007, de 13 de diciembre del 2007, para el desarrollo sostenible del medio rural. Gobierno de España, **Boletín Oficial del Estado** (BOE-A-2007-21493). Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/2007/12/14/pdfs/A51339-51349.pdf>. Acesso em 06 jun. 2024.

ESPARCIA, J.; ESCRIBANO, J.; SERRANO, J. J. Desarrollo Local en los Espacios Rurales. In: TUR, J. N. (Ed.). **La visión territorial y sostenible del desarrollo local**: una perspectiva multidisciplinar. Valencia: Universitat de València, 2016. p. 93-110. ISBN 978-84-370-9932-3.

FIRJAN - **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal** (IFDM): 2018. Rio de Janeiro: Firjan, 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/>. Acesso em 02 abr. 2024.

FORONDA ROBLES, C. La capacidad del turismo como elemento dinamizador del medio rural. In: Márquez Fernández, D. (Coord.) **Nuevos horizontes en el desarrollo rural**. Madrid: Akal. p. 29-57. 2002.

GKARTZIOS, M.; LOWE, P. Revisiting Neo-Endogenous Rural Development. In: SCOTT, M.; GALLENT, N.; GKARTZIOS, M. (eds). **The Routledge Companion to Rural Planning**. Routledge: New York, 2019. p. 159-169.

GLOBAL DATA LAB. **Subnational HDI**. Disponível em: <https://globaldatalab.org/shdi/table/shdi/ESP/>. Acesso em 01 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Resultados. Rio de Janeiro, IBGE, 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 02 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Proposta Metodológica para Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil**. Rio de Janeiro, 2023. 176 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102019>. Acesso em 04 jul. 2024.

IDR-PR – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ. **Turismo Rural**. Curitiba, 2025. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Turismo-Rural>. Acesso em 12 jul. 2025.

IECA - INSTITUTO DE ESTADÍSTICA Y CARTOGRAFIA DE ANDALUCÍA. **Datos por temas**. Sevilha, 2023. Disponível em: <https://www.juntadeandalucia.es/organismos/ieca/areas/difusion/datos-temas.html>. Acesso em 06 jun. 2024.



INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Portal** del Instituto Nacional de Estadística. Madrid, 2024. Disponível em: <https://www.ine.es/>. Acesso em 02 jun. 2024.

JUNTA DE ANDALUCÍA. **Sectores de Actividad**. 2024. Disponível em: <<https://www.juntadeandalucia.es/temas/sectores.html> >.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural. 229 p. 2008.

LEEUWEN, E. S. **Urban-Rural Interactions: Towns as Focus Points in Rural Development**. London: Springer. 177 p. 2010. DOI 10.1007/978-3-7908-2407-0.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. **Una Introducción al Turismo**. Madrid: Editorial Síntesis. 286 p. 1997. ISBN: 84-7737-755-9.

LOBÃO, M. S. P.; STADUTO, J. A. R. Perspectivas sobre o desenvolvimento rural brasileiro: notas teóricas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.39, n.135, p. 13-27, jul./dez. 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas. 8ª ed. 2017. 328 p.

MÁRQUEZ FERNÁNDEZ, D. Bases metodológicas del desarrollo rural. In: MÁRQUEZ FERNÁNDEZ, D. (Coord.) **Nuevos horizontes en el desarrollo rural**. Madrid: Akal, 2002. p. 11-28.

MAROTO MARTOS, J. C.; PINOS NAVARRETE, A.; RUIZ MOYA, N. Can Successful Promotion of Tourism Prevent Rural Depopulation? A Case Study of Soportújar (Spain). In: CEJUDO GARCÍA, E.; NAVARRO VALVERDE, F. A.; CAÑETE PÉREZ, J. A. (Ed.). **Win or Lose in Rural Development**: case studies from Europe. Berlin (De): Springer, 2024. P. 285-309. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-031-48675-3>

MARTÍN, M. A. Z.; BENITO, M. T. R. **Geografía Humana**: sociedad, economía y territorio. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces. 2009. 518 p. ISBN:13:978-84-8004-654-1.

NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S.; MATOS FILHO, J.; NUNES, K. F. G.; AQUINO, J. R. de. Políticas agrárias e agrícolas no contexto do desenvolvimento do nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 43, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/330>. Acesso em: 12 jul. 2025.

OTEA - OBSERVATORIO TERRITORIAL DE ESTUDIOS Y ANÁLISIS. **Estrategia de Desarrollo Sostenible**. Agenda urbana e rural. Territorios Sostenibles y Responsables: Guadix, 2022. 225 p.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Painel IDHM**. Brasília-DF, 2025. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm>. Acesso em 05 fev. 2025.

PULIDO FERNÁNDEZ, J. I. (Coord.). **El Turismo Rural**. Madrid: Editorial Síntesis, 2008. 345 p.

PULIDO FERNÁNDEZ, J. I., SÁEZ CALA, **Estructura General del Mercado Turístico**. Madrid: Editorial Síntesis, 339 p. 2011.

REIG MARTÍNEZ, E.; GOERLICH GISBERT, FJ; CANTARINO MARTÍ, I. **Delimitación de Áreas Rurales y Urbanas a Nivel Local**: Demografía, Coberturas del Suelo y Accesibilidad ; Fundación BBVA: Bilbao, España, 2016. 138p.

RIBEIRO, T. F. **O turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico e de reequilíbrio territorial**: uma análise do turismo na Região Sudoeste do Estado da Bahia – Brasil. 2016. 354 p. Tese (Doctorado en Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental) Facultad de Geografía i Historia, Universitat de Barcelona. Barcelona, 2016.

ROCHA JUNIOR, W. F.; ROCHA, A. A. da; LOTTE JUNIOR, P. N.; URIBE-OPAZO, M. A.; CIMA, E. G.; SANTOYO, A. H. Quantificação e qualificação das estradas rurais na Região Geográfica Imediata de Marechal Cândido Rondon. **Revista Tecnologia e**



Sociedade, Curitiba, v. 20, n. 59, p. 143-159. jan./abr. 2024. ISSN 1984-3526.

ROQUE, A. **Estudo Preliminar da Cadeia Produtiva**: Turismo Rural Brasil. Brasília: IICA Brasil - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. 42 p. 2013.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. DE P. B. **Metodología de la Investigación**. 6ª ed. México: Mc Graw Hill. 2014. 600 p.

SANCHES, F. C.; SCHMIDT, C. M. Indicadores de Sustentabilidade Ambiental: uma análise das práticas sustentáveis em empreendimentos de Turismo Rural. **Revista Desenvolvimento em Questão**,

SÁNCHEZ ESCOLANO, L.M.; RUIZ MOYA, N. Las Estructuras Territoriales Frente al Desafío de la Despoblación en Andalucía. In: CEJUDO GARCIA, E.; NAVARRO VALVERDE, F. A.; PERTIÑEZ BLASCO, A. T. **Despoblación y Mundo Rural Europeo Mediterráneo: el Caso de Andalucía**. Tirant Lo Blanch: Valencia, Spain, 2022. p. 321–338. ISBN 978-84-19226-37-2.

SILVA, J. G. da; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p. 113-155, jan./jun. 1998. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v11i28.18685>.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e Desenvolvimento Regional**: Modelo APL TUR aplicado à região das Hortênsias (Rio Grande do Sul - Brasil). 2007. 385 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo. 2007.

VERA REBOLLO, J. F. (Coord.); LÓPEZ PALOMEQUE, F.; MARCHENA GÓMEZ, M.; ANTÓN CLAVÉ, S. **Análisis Territorial del Turismo y Planificación de Destinos Turísticos**. Valencia: Tirant Humanidades. 2013. 485 p.

VOTH, A. The Role of Cooperation and Tourism in Rural Development – Long-term Research Activities in the Alpujarra of Almería (Spain). In: CEJUDO GARCÍA, E.; NAVARRO VALVERDE, F. A.; CAÑETE PÉREZ, J. A. (Ed.). **Win or Lose in Rural Development**: case studies from Europe. Berlin (De): Springer, 2024. p. 167-189. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-031-48675-3>.

WIGGINS, S.; PROCTOR, S. How special are rural áreas? The economic implications of location for rural development. **Development Policy Review**, [s.l.], v. 19, n. 4, p. 427-436. 2001.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



